

# AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA \_\_\_\_ VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA  
DE \_\_\_\_\_

## AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL

AUTOR: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

E-MAIL: \_\_\_\_\_

RÉU: UNIÃO FEDERAL / FAZENDA PÚBLICA FEDERAL

CNPJ: 00.000.000/0001-91

ENDEREÇO: Procuradoria da Fazenda Nacional ou outro competente

## I – DOS FATOS

1. O Autor foi notificado acerca do lançamento do débito fiscal referente a

\_\_\_\_\_.

**2. O débito fiscal foi constituído com base em procedimento administrativo que apresenta vícios e ilegalidades, tais como:**

- Erro na apuração dos valores;
- Ausência de notificação válida;
- Inobservância do devido processo legal;
- Violação aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa.

3. O lançamento é nulo, pois não observou os requisitos legais previstos no Código Tributário Nacional e demais normas aplicáveis.

## II – DO DIREITO

1. Conforme o artigo 146 do Código Tributário Nacional, o lançamento tributário deve ser perfeito e acabado, com observância dos princípios legais.

2. A nulidade do lançamento fiscal decorre da ausência de procedimentalidade adequada e da violação dos direitos do contribuinte.

3. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidada reconhece a nulidade dos débitos fiscais lançados sem o cumprimento das formalidades legais.

4. O princípio do devido processo legal, previsto no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição

Federal, deve ser respeitado em todas as fases do lançamento tributário.

### III – DOS PEDIDOS

**Diante do exposto, requer-se:**

1. A concessão da tutela antecipada para suspender a exigibilidade do débito fiscal até o julgamento final da ação;
2. A citação da União Federal, na pessoa de seu representante legal, para querendo, apresentar contestação;
3. A declaração de nulidade do lançamento fiscal objeto desta ação, com a consequente anulação do débito fiscal inscrito;
4. A condenação da União ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios;
5. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental, pericial e testemunhal.

### IV – DO VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (valor do débito fiscal questionado).

Nestes termos,

Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Local

Data

\_\_\_\_\_  
Advogado(a)

OAB/\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Fonte original deste documento:

<https://modelo-lex.com/acao-anulatoria-de-debito-fiscal/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://modelo-lex.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.